

DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2018 -
CGDF, nos termos do Padrão nº 04/2002.
Processo nº 480.000.037/2017.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **Controladoria-Geral do Distrito Federal**, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada Contratante, representada neste ato por Henrique Moraes Ziller, brasileiro, portador da Carteira de Identidade 335.084 SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 179.173.601-72, na qualidade de Secretário de Estado Controlador-Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa **DECISION Serviços de Tecnologia da Informação Ltda**, doravante denominada Contratada, com sede no SHS QD 06 Conjunto A -SL 102 - Brasil 21 - Asa Sul Brasília DF - CEP 70322-915, inscrita no CNPJ sob o nº 03.535.902/0001-10, representada por Claudia Nascimento Arantes, brasileira, portador da Carteira de Identidade nº 735.994 SSP-DF e do CPF nº 327.157.491-04, na qualidade de procuradora.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão nº 014/2018 - SCG/SEPLAG/DF, da Proposta da empresa e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico, garantia de funcionamento de 1 (um) Storage EMC VNX 5300 incluindo a substituição e fornecimento de peças novas e originais dos equipamentos seus componentes e quando necessário, de responsabilidade da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, consoante especifica o Edital de Pregão nº 014/2018 - SCG/SEPLAG/DF, da Proposta da Empresa, que passam a integrar o presente Termo, independentemente de transcrição.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 39.999,60 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove Reais e sessenta centavos.), a ser pago em parcelas mensais estimadas de R\$ 3.333,30 (Três mil, trezentos e trinta e três Reais e Trinta Centavos).

5.2 – Será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, conforme o Decreto nº 37.121/2016..

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04 126 6203 2557 0010

III – Natureza da Despesa: 333039

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00308, emitida em 04/04/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

Folha nº 535
Processo nº 480-000037/2017
1430667-0
Matrícula

AC

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s) mensais, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, das certidões negativas exigidas pela legislação em vigor.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das Garantias

A garantia para a execução do Contrato será de 02.% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com as condições previstas no edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante

11.1 – Nomear Equipe de Gestão Contratual, composta por Gestor e Fiscais do contrato (Técnico, Administrativo e Requisitante), com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme o disposto no art. 18, inciso I, alínea “a”, da IN SLTI/MP nº 04/2014;

11.2 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

11.3 – Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, sempre que necessário;

11.4 – Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

11.5 – Receber os produtos entregues pela Contratada, que estejam em conformidade com a proposta aceita e com o Termo de Referência, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação o Termo de Recebimento Definitivo;

11.6 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, após o recebimento definitivo dos produtos e serviços entregues;

11.7 – Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o serviço objeto da contratação;

11.8 – Notificar a Contratada, por escrito, acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa;

11.9 – Aplicar à Contratada as sanções administrativas cabíveis, quando necessário.

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

12.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal, juntamente com a nota fiscal, as certidões negativas referentes à Receita Federal do Brasil, à Fazenda Pública Estadual e Municipal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ao Tribunal Superior do Trabalho;

12.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;

12.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes ou aos desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da



Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber;

12.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.5 – Designar preposto para, durante o período de vigência, representa-lo na execução do contrato. O preposto deverá acompanhar todos os trabalhos realizados para atuar como interface entre a equipe técnica da CGDF e a equipe da Contratada, devendo, ainda, entregar mensalmente à CGDF, relatório técnico contendo as pendências e realizações de atendimentos;

12.6 – Fornecer, em qualquer época, as informações e os esclarecimentos técnicos solicitados pela CGDF sobre a execução dos trabalhos;

12.7 – Fornecer material, equipamentos, ferramentas, miscelâneas e utensílios necessários à execução das atividades de instalação e configuração, sem ônus de qualquer natureza à CGDF;

12.8 – Executar os serviços de acordo com as especificações e com os requisitos de qualidade e segurança recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e legislação pertinentes;

12.9 – Sanar em tempo hábil todas as irregularidades apontadas pela CGDF;

12.10 – Assumir total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais, inclusive a responsabilidade por acidentes, indenizações, seguros e outros correlatos;

12.11 – Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados;

12.12 – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Administração;

12.13 – Conhecer a Política de Segurança da Informação da CGDF e assinar Termo de Confidencialidade, conforme Anexo II do Termo de Referência.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto;

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

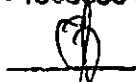
Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão Amigável

O contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art.79, II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato (PGDF – Pareceres nº 050/2011, 0757/2008 e 051/2013).

Folha nº 536
Processo nº 130-0000336017



1430667-0
Matrícula



Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sétima – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará os responsáveis pela execução do Contrato, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Vigésima – Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012

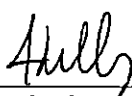
Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

Cláusula Vigésima Primeira – Do Foro

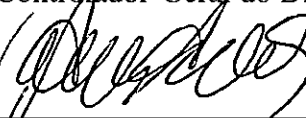
Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Brasília, 05 de abril de 2018



Pela Contratante
Henrique Moraes Ziller
Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal



Pela Contratada
Claudia Nascimento Arantes
DECISION Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.